

Vocês precisam assumir isso. E se vocês estão dizendo que o governador vai apresentar para a Polícia Penal, se vai trazer para outras categorias, que o faça. Agora, até agora não fez.

Aliás, não fez, deputado Mecca, nem o projeto que tem que melhorar o salário, o abono dos profissionais do Estado, que nós estamos pedindo, não fez. E nós estamos acreditando que vai fazer da Polícia Penal, e nós estamos acreditando que vai fazer do pessoal da Fundação Casa.

Então precisamos jogar aqui com transparência. Acho que a bancada de esquerda tem defendido os policiais. Ninguém pode acusar o PSOL, o PT, o PSB de serem contra os policiais; ninguém, porque estamos discutindo o aumento para a categoria em várias áreas: melhorar o terceiro sargento, segundo tenente, tentar um aumento linear para o pessoal da Polícia Civil. Nós estamos fazendo um debate que deveria ser feito por vocês.

Mas nós sabemos por que vocês não podem fazer. Então não tentem enganar as pessoas. Não tem problema, assumam a responsabilidade de ser governo. Se o governador disse: “Vai votar do jeito que está”, vocês vão votar do jeito que está.

O que eu posso fazer? Eu sou da oposição. Mas nós queremos melhorar o projeto? Propus ao deputado Carlos Cezar: “Vamos fazer uma audiência pública, pelo menos para que nas audiências públicas as pessoas possam vir aqui e dizer onde estão os problemas”.

Agora, não querem fazer. Então, deputado, não tenho nenhum problema, eu entendo ser governo. Eu entendo. Ouvi o Gilmaci tripudiar aqui também, não tem problema. Agora, nós precisamos entender que nós queremos melhorar o projeto, e vocês poderiam ajudar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Eu fui citada. Eu fui citada.

O SR. MAJOR MECCA - PL - Pela ordem, presidente. Para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Olha, a deputada Monica Seixas foi citada e o deputado Major Mecca foi citado. Major Mecca tem dois minutos, a deputada Monica Seixas, dois minutos, e amanhã nós faremos a discussão ampla desse projeto.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Primeiro os homens.

O SR. MAJOR MECCA - PL - Por favor, deputada. Pode ir primeiro, deputada.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputada Monica Seixas.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Não, pode ir.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É que o Major Mecca já estava no microfone primeiro. Mas como ele é um cavalheiro, passo a palavra à deputada Monica Seixas.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigada. Mecca, eu escrevi nas minhas redes esses dias porque muitos policiais - isso é novidade para mim, e sendo muito sincera, Mecca, muito sincera, eu ouvi muito o senhor esses dias.

Ouvi o senhor agora, que inclusive disse para a gente que ia ser sincero no microfone sobre as dificuldades de ser ouvido por esse governo, e sabe que a gente está dando uma batalha que o senhor gostaria de dar, mas não pode.

Eu ouvi muitos policiais esses dias, principalmente os policiais militares. Ouvi policial militar que contou que uma mulher, policial militar feminina, sofrendo de adoecimento mental, teve o seu atestado negado, tentou suicídio, foi internada na área psiquiátrica, e o seu superior foi buscá-la, confiscá-la na área psiquiátrica.

Eu ouvi a história de policiais que estão trocando tiro e se suicidando; eu estou ouvindo história de policiais militares que estão se matando; eu ouvi histórias de policiais militares que são torturados dentro da Corporação. Eles defendem, tanto quanto nós, que a Polícia Militar, do jeito que está, mata quem está na frente e quem está atrás do gatilho.

Então, com toda a certeza, eu digo que esse sistema precisa ser reformado. A Segurança Pública precisa cuidar dos seus trabalhadores, porque eles precisam ter condições de exercer o seu serviço. Aliás, sou autora do projeto de saúde mental aos policiais.

Então eu repito: a Polícia Militar, do jeito que ela existe, ela não atende os seus trabalhadores, e precisa acabar. Agora, o que não é verdade, Mecca, muito sinceramente, a gente vem trocando esses dias todos, trocando esses dias todos; eu não tenho interesse nenhum em voto de policial: quem me elegeru foi o povo preto, com muito orgulho, para preservar a vida do jovem periférico com o debate que eu faço com muita altivez.

Só que também tem trabalhador preto, 85% da base dos praças da Polícia Militar que sonha em ser herói acaba morto por essa instituição. Então a sinceridade que a gente teve agora, o senhor fez politicagem, porque traiu o nosso diálogo, traiu o que eu aprendi com o senhor e me desrespeitou quando distorceu a defesa que eu faço de uma instituição violenta. E eu mantenho: uma instituição violenta precisa ser reformulada.

O SR. MAJOR MECCA - PL - Pela ordem, Sr. Presidente. Para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - A última comunicação para a gente finalizar a sessão, deputado Major Mecca.

O SR. MAJOR MECCA - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Deputada Monica, eu não ouvi, eu vivi, eu constatei os 31 anos que eu trabalhei nas ruas de São Paulo: o sistema de segurança pública no Brasil é falido.

Os policiais defendem o povo com o sacrifício da própria vida, com armamento inferior ao dos bandidos, com condições inferiores à de qualquer outro trabalhador. Isso me trouxe para a política, para brigar por esses homens e mulheres.

No entanto, quando a senhora diz falar a verdade, eu estou aqui dizendo a verdade. Como eu falei para todos vocês, nós, da bancada da Segurança Pública, apresentamos uma emenda ao projeto, primeiro porque uma emenda a um projeto é uma ferramenta comum dentro do Legislativo. Nós não concordamos com vários índices e percentuais apresentados na tabela.

Agradecemos ao governador pela iniciativa. No entanto, a tabela apresentada nós não concordamos e trabalhamos até o último momento para alterá-la.

Agora, não adianta nós queremos ultrapassar uma fronteira que adentra para dentro de questões de responsabilidade fiscal e daí por diante, até mesmo porque vocês sabem disso, porque quando o presidente da República deu um aumento de 8%, ninguém apresentou lá uma emenda para de 8% ser de 30 por cento.

Nós sabemos que uma emenda dessa não vai prosperar. Nós apresentamos uma emenda para buscar prosperar, ela não prosperou e nós conversamos com o governo para deixar pontuado esses veteranos que não foram contemplados no próximo movimento de valorização.

O nosso trabalho é feito com responsabilidade, porque nós conhecemos a vida policial, e nós protegemos os policiais...

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Para concluir, deputado Major Mecca.

O SR. MAJOR MECCA - PL - E o povo do estado de São Paulo. Esse é o nosso objetivo. E digo aqui: não ouvi de ninguém, eu vivi isso e sei do sacrifício e dificuldade desses homens.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Esgotado o objeto da presente sessão, a presente sessão está encerrada.

* * *

- Encerra-se a sessão às 22 horas e 16 minutos.

* * *

17 DE MAIO DE 2023 41ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI, REIS, VITÃO DO CACHORRÃO, BETH SAHÃO, CARLOS CEZAR e CAPITÃO TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - DR. JORGE DO CARMO

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Tece considerações sobre emenda aglutinativa ao PLC 75/23, que inclui dispositivo específico referente a policiais militares reformados por invalidez.

4 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - REIS

Assume a Presidência.

6 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS

Para comunicação, faz pronunciamento.

8 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - VITÃO DO CACHORRÃO

Assume a Presidência.

10 - RODRIGO MORAES

Para comunicação, faz pronunciamento.

11 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - PROFESSORA BEBEL

Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - REIS

Assume a Presidência.

14 - BETH SAHÃO

Assume a Presidência.

15 - VITÃO DO CACHORRÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

16 - VITÃO DO CACHORRÃO

Assume a Presidência.

17 - BETH SAHÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

18 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS

Para comunicação, faz pronunciamento.

19 - MAURICI

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

20 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento.

21 - CARLOS CEZAR

Assume a Presidência. Convoca os Srs. Deputados para uma primeira sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos, ou 10 minutos após o término da presente sessão; e para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, 10 minutos após o término da primeira sessão extraordinária.

22 - BETH SAHÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

23 - PRESIDENTE CARLOS CEZAR

Endossa o pronunciamento da deputada Beth Sahão.

24 - EDUARDO SUPLYCY

Por inscrição, faz pronunciamento.

25 - CAPITÃO TELHADA

Assume a Presidência.

26 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS

Por inscrição, faz pronunciamento.

27 - ENIO TATTO

Por inscrição, faz pronunciamento.

28 - GILMACI SANTOS

Para comunicação, faz pronunciamento.

29 - PRESIDENTE CAPITÃO TELHADA Cumprimenta autoridades presentes no plenário.

30 - ANA PERUGINI

Por inscrição, faz pronunciamento.

31 - ANA PERUGINI

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

32 - GUTO ZACARIAS

Para comunicação, faz pronunciamento.

33 - ANA PERUGINI

Para comunicação, faz pronunciamento.

34 - SIMÃO PEDRO

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

35 - GUTO ZACARIAS

Para comunicação, faz pronunciamento.

36 - ANA PERUGINI

Para comunicação, faz pronunciamento.

37 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

38 - PRESIDENTE CAPITÃO TELHADA Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 18/05, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 16 horas e 34 minutos. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início ao Pequeno Expediente, oradores inscritos. Com a palavra, o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge do Carmo, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, deputado professor Carlos Giannazi, presidindo o Pequeno Expediente desta tarde de quarta-feira. Boa tarde, deputadas. Boa tarde, deputados, público da TV Alesp, assessoria aqui presente, policiais.

Sr. Presidente, eu sai do Congresso de Comissões, que está sendo realizado novamente hoje, para vir até a tribuna para falar de dois assuntos. O primeiro é sobre o Projeto de lei nº 75, de 2023, que versa sobre o reajuste dos policiais civis e militares do estado de São Paulo.

É bem verdade que esse governo não é diferente do outro. Ou melhor, acho que não é... A gente pensa que vai melhorar. Mas na hora que precisa discutir uma coisa que é tão relevante, falta sensibilidade.

E eu penso, e é verdade, é fato, que este Parlamento serve para a gente discutir, aprimorar, propor sugestões, dialogar, propor emendas, melhorar as propostas que vêm para este Parlamento, num caso tão sensível, que é o reajuste dos salários dos policiais civis e militares. E a gente vê que o governador, ao invés de usar um princípio tão básico, que é a isonomia...

A gente pensa o seguinte. É claro que o coronel da Polícia tem que ganhar mais do que o soldado, por conta da carreira. É claro que o delegado tem que ganhar mais do que o escrivão, por conta da responsabilidade da carreira. Mas, quando a gente

vê que os percentuais são dispares, a gente acredita que deve estar acontecendo um corporativismo.

Mas nós vamos insistir e persistir. Estamos no Congresso de Comissões; eu, que faço parte, membro efetivo da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nós vamos exaustivamente discutir esse projeto. Depois, se der tempo, virá na sessão extraordinária hoje e nós vamos também debater. Não vamos desistir.

Para concluir esse assunto, eu quero dizer aos policiais civis e militares: nós somos favoráveis ao aumento para vossas senhorias. Nós não somos contrários ao projeto e nem estamos obstruindo.

Estamos insistindo e persistindo, para que o governo abra um canal de negociação para que a gente possa propor emendas para melhorar esses profissionais que são tão importantes para o nosso estado de São Paulo.

O outro assunto, Sr. Presidente. Também participei, agora há pouco, da reunião da Comissão de Infraestrutura desta Casa. No ano passado, na legislatura passada, eu presidi esta comissão. Agora eu não sou mais o presidente. O presidente é o deputado, meu colega de bancada, deputado Luiz Fernando.

Eu apresentei um requerimento que versa sobre um pedido de realização de audiência pública com a finalidade de discutir a questão hídrica do nosso estado de São Paulo, a qual, reflexamente, a gente tem influência na matriz energética, no abastecimento e no saneamento de água. Toda esta Casa, todos os deputados e deputadas, devemos nos ater a esta questão hídrica.

A gente vê desperdício, a gente vê falta de investimento, a gente vê agricultura que consome. E a gente sabe que água é vida. Então, a gente ver um país, o Brasil, que é tão rico em água, em produção de água, e a gente não ter o cuidado, não discutir esse assunto, que é tão relevante - acho que a gente perde a oportunidade. E este Parlamento não pode se furtar a isso.

Por isso, propus esse requerimento com a finalidade de acontecer, aqui nesta Casa, uma audiência pública, em que serão convidados o ministro de Minas e Energia; o secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado; o secretário de Transportes Metropolitanos; o presidente da FNU, Federação Nacional dos Urbanitários; o superintendente do DAEE, Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo; o presidente da Sabesp, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; o diretor da Arsesp, Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo; o diretor do ONS, Operador Nacional do Sistema Elétrico; e o presidente da Fiesp, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

E o deputado presidente propôs também que convidássemos o secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, o que eu achei bastante pertinente. Por isso, Sr. Presidente, esperamos que em breve façamos essa audiência pública para discutir a questão hídrica do nosso Estado.

E eu quero aqui aproveitar a oportunidade para convidar V. Exas. para, quando tiver essa data, a gente insistir, persistir; vamos debater esse assunto que é tão relevante para o nosso estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Com a palavra, o deputado Agente Federal Danilo Balas, que fará uso regimental da tribuna por até cinco minutos. Enquanto V. Exa. se dirige à tribuna, eu gostaria de registrar que nós recebemos aqui um ofício da Associação dos Policiais Militares Com Deficiência do Estado de São Paulo e Congêneres no Âmbito das Forças de Segurança, fazendo a justa reivindicação de que nós pudéssemos apresentar também uma emenda incluindo esses valerosos servidores que foram prejudicados em serviço.

Então, nós apresentamos, Srs. Deputados e Deputadas, uma emenda aglutinativa. Nós estamos colhendo assinaturas para que eles sejam também incluídos nesse reajuste. E nós incluímos aqui um parágrafo único no projeto de lei, dizendo o seguinte: “fica acrescida, aos vencimentos dos policiais militares que estejam reformados por invalidez cuja causa tenha sido em serviço ou em razão de serviço, gratificação no percentual de 25% sobre os rendimentos percebidos”.

É uma emenda aglutinativa, e nós precisamos da assinatura de Vossas Excelências. Espero que todos colaborem aqui com os nossos valerosos servidores da Segurança Pública que estão hoje com deficiência por conta do seu trabalho. Muito obrigado. Com a palavra, o deputado Balas.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, volto a esta tribuna para falar, logo mais, do reajuste da Segurança Pública através do Projeto de lei Complementar no 75, de 2023, que foi enviado pelo Governador do Estado a esta Casa.

Mas antes quero parabenizar alguns vereadores que fazem um excelente trabalho pelo interior do estado de São Paulo. Na cidade de Araçoiaba da Serra, parabenizar o vereador Beto Rolim, lá do bairro Jundiaquara. Vereador Beto Rolim fazendo um excelente trabalho em Araçoiaba, cidadezinha de aproximadamente 33 mil habitantes. E também a vereadora Cleide.

Ambos fazendo um trabalho defendendo Araçoiaba, vestindo a camisa da cidade, buscando recursos. Cidade essa que enviei alguns milhares de reais para Infraestrutura, Guarda Municipal, Saúde, viatura para a Polícia Militar, revitalização do lago municipal, área do Turismo. Então, essa parceria é muito importante. Parabéns, vereador Beto Rolim e vereadora Cleide, de Araçoiaba da Serra.

Passando ao assunto do reajuste, eu peço à técnica que passe aqui uma tabela rápida que estamos trazendo aos nobres deputados e também àqueles que nos acompanham pela TV Assembleia.

Coloquei aqui um histórico de reajuste para as polícias nos últimos oito anos, só para refrescar a memória. No governo Alckmin, do PSDB, em 2015, reajuste da Segurança Pública, zero; 2016, zero; 2017, zero; e, em 2018, a migalha de 4% de reajuste para a polícia de São Paulo.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

* * *

Depois, governo João Agripino Doria Junior, também do PSDB. Em 2019, ele começou com um por cento a mais do que o seu colega do PSDB. Em 2020, zero; em 2021, zero; e, em 2022, na saída, deixou 20%, só que essa conta ficou para o governador Tarcísio pagar, e ele está pagando. Então vejam bem, o PSDB, em oito anos, esses ínfimos aumentos para a Segurança Pública.

Agora, governo novo, governador Tarcísio de Freitas, nosso governador. Coragem, logo no início, no primeiro semestre, uma média de 23,8% de reajuste para as polícias, valendo logo no primeiro dia do segundo semestre, primeiro de julho.

Essa é a repercussão, a partir de primeiro de julho. Então, além de pagar os 20% da gestão anterior, do último ano, ele ainda dá um reajuste real de 23,8%, um reajuste histórico que é só o início de um governo que valoriza e valorizará de verdade a Segurança Pública.

A repercussão financeira, senhores, nos próximos 12 meses, é nada mais, nada menos do que cinco bilhões de reais. Esse reajuste, deputado Jorge Wilson, líder do Governo, Xerife do Consumidor, esse reajuste da polícia é quatro vezes maior do que o índice de projeção da inflação deste ano.

Olhe só a média de 23,8%, é só comparar com governos anteriores, a tabela está aqui. Vários anos zero, zero, zero, zero, zero, e o governador Tarcísio de Freitas, com coragem, reajuste médio de 23,8 por cento.

Então parabenizar o governador Tarcísio de Freitas, toda a sua equipe, a Secretaria de Segurança Pública e também os deputados desta Casa que encamparam em apoio a esse projeto, em especial os deputados da bancada da Segurança Pública, da qual eu faço parte, uma vez que tenho 29 anos de polícia - 12 na Polícia Militar, 17 na Polícia Federal, e não seria

diferente, líder, em defender um projeto que realmente valoriza a Segurança Pública do estado de São Paulo.

Então, para concluir, presidente, parabéns ao governador Tarcísio de Freitas, parabéns à bancada da Segurança Pública, que está aqui para votar. E votaremos hoje, se outros deputados e outras bancadas não obstruírem, como aconteceu ontem nesta Casa de Leis.

Então vamos votar hoje, vamos valorizar os policiais de São Paulo como foi promessa de campanha do governador Tarcísio de Freitas e é realidade com esse Projeto de lei Complementar nº 75, de 2023.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo no Pequeno Expediente, o próximo orador é o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, trabalhadores e trabalhadoras desta Casa, pessoas que nos acompanham na galeria e também virtualmente.

Sr. Presidente, eu vim aqui dizer que esta semana, do dia 12 ao dia 19 de maio, por força da Lei estadual 15.501, de 2014, está instituída em São Paulo a Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violência. Isso aconteceu por um razão, porque entre os dias 12 e 21 de maio de 2006, o estado de São Paulo infelizmente testemunhou um dos maiores massacres que já aconteceram aqui no nosso Estado.

A verdade é que em retaliação a ataques promovidos por uma facção, que matou cerca de 59 agentes da Segurança Pública, policiais e grupos de extermínioavidaram, e mataram cerca de 505 civis e deixaram outras quatro pessoas desaparecidas.

A maioria das pessoas que foram assassinadas viviam em favelas em regiões das periferias da grande São Paulo e também da Baixada Santista. Pessoas como Edson Rogério que, à época, tinha 29 anos é o filho da dona Débora Maria da Silva, fundadora do movimento Mães de Maio, o gari que foi executado depois de uma abordagem policial.

A imensa maioria das pessoas que foram assassinadas, foram assassinadas com sinais de execução, e o próprio Ministério Público declarou que foram vitimadas pessoas aleatoriamente, pessoas pobres sem vínculos com o crime organizado. Desde então, essas mulheres, especialmente mulheres mães que lutam por memória, justiça e também por reparação pela execução dos seus filhos, sofrem inúmeras tentativas de criminalização.

As mulheres mães do movimento Mães de Maio vivem inquéritos policiais que já foram arquivados, vivem tentativas de criminalização por parte do próprio Ministério Público, que o tempo todo tenta vinculá-las ao crime organizado dizendo, por exemplo, como houve... Em um júri popular, uma promotora tentou vincular a existência dessas famílias e a luta dessas mães a supostamente ter herdado biqueiras de seus filhos.

Então, é muito bom que o estado de São Paulo tenha essa lei. É muito bom que, do dia 12 ao dia 19 de maio, por força de lei, seja instituída aqui no estado de São Paulo a semana das pessoas vítimas de violência do Estado.

Mas eu quero dizer também, Sr. Presidente, que, infelizmente, isso ainda é pouco perto do que nós precisamos. Reconhecer a violência que o Estado praticou contra essas famílias é importantíssimo. Isso é fruto de luta dessas mães.

Esse foi um projeto de lei aprovado em 2014 nesta Casa, vindo da Comissão de Direitos Humanos aqui da Alesp. Foi fruto de elaboração coletiva provocada pelo movimento Mães de Maio. Só que é preciso também que o Estado se empenhe em reparar as famílias e as vítimas dessa prática.

É preciso responsabilizar os agentes públicos, que fazem das periferias verdadeiros cenários de guerra. É preciso o estabelecimento de medidas de controle popular da atividade policial, como felizmente a Ouvidoria existe aqui no estado de São Paulo. Nós não queremos que nunca mais isso aconteça em nenhum lugar do estado de São Paulo, como infelizmente aconteceu em Osasco e em Barueri em 2018.

Eu quero deixar um convite. Amanhã, no largo São Francisco, Faculdade de Direito da USP, às dez da manhã, acontece a audiência pública cujo título é “Ouçam as Mães”, para marcar essa semana tão importante e tão triste na história do estado de São Paulo.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero comunicar que hoje também é o Dia Internacional de Combate à LGBTfobia. Eu faço parte de um mandato coletivo, que é a Bancada Feminista, que felizmente tem duas mulheres LGTBs, a Caroline Iara, que é uma mulher trans e intersexo, e a Mariana Souza que é uma mulher bissexual.

Duas mulheres que me ensinam muito cotidianamente sobre o que é a luta contra a LGBTfobia, e que entendem a importância, assim como nós entendemos, de marcar essa data, a data em que oficialmente em todo o mundo a LGBTfobia deixou de ser considerada uma doença e as pessoas LGTBs passaram a poder ter o direito, como até hoje têm tanta dificuldade de reivindicar o seu direito à vida, o direito ao futuro e o direito à igualdade na sociedade brasileira e mundial.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Próximo orador, deputado Alex Madureira. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Gerson Pessoa. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Paus